

Implicações do Capital Social e do Capital Político no Desenvolvimento Econômico

Ronaldo de Albuquerque e Arraes
CAEN/UFC

Ricardo Candéa Sá Barreto
Economia Rural/UFC

Av. da Universidade, 2700 – 2^o andar
60020-181 Fortaleza – CE

Fone: (85) 281-3722; fax: 243-6887

e-mail: ronald@ufc.br ; ricardocandea@bol.com.br

Área de interesse: III. Novos arranjos Institucionais e Desenvolvimento.

Implicações do Capital Social e do Capital Político no Desenvolvimento Econômico

Resumo

O objetivo deste trabalho é verificar empiricamente os efeitos de variáveis institucionais e do capital social na elevação do nível de PIB per capita e na promoção do desenvolvimento. Neste tocante, apesar da extrema relevância de contribuição das variáveis macroeconômicas tradicionais, como tecnologia, capitais físico e humano, variáveis fiscais e monetárias, buscar-se-á também verificar a influência das variáveis institucionais tiveram sobre estas. A hipótese que dá sustentação aos testes realizados é a de que capital social e variáveis institucionais como qualidade da burocracia, aplicação da lei; corrupção; liberdades civis; risco de conflito externo; etc. poderiam ter traçado outras trajetórias no processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Nesse sentido, duas análises empíricas foram conduzidas. Uma, relaciona países, e a outra os estados brasileiros. Tendo como base metodológica modelos econométricos, comprovou-se que é inequívoca a influência que o capital social e as variáveis políticas de cunho institucionais exercem sobre o processo de crescimento econômico.

Palavras chaves: Capital Social, Capital Político, Desenvolvimento Econômico.

Abstract

The objective of this paper is to verify empirically which variables possess robustness to explain variations in the per capita GDP. It is not to be pursued the contribution of traditional macroeconomic variables themselves, monetary or fiscal variables, but mainly the influence of institutional variables on them, consequently on growth. Endogenous growth theory is the background to support the empirical results. The methodological hypotheses are that social capital and institutional variables, for instance red tape bureaucracy, civil rights, corruption, law enforcement, external conflicts, etc, may hinder the economic growth process. In this reasoning, two analyses gathering worldwide countries and brazilian states were performed by econometric models to test the effects of those variables on the growth path of countries and states. In conclusion, it is doubtless the significance that social and institutional variables play on determining the contemporaneous stage of economic development.

Key words: Social Capital, Institutional Variables, Economic Development.

1. Introdução

Há consenso entre autores e instituições que as previsões das taxas de crescimento de longo prazo não são de fácil acerto. Como exemplo, pesquisadores acadêmicos proeminentes e técnicos do Banco Mundial pensavam que o estágio superior de desenvolvimento alcançado pela Coreia do Sul fosse irreal, e que a Birmânia, Sri Lanka e as Filipinas teriam elevado crescimento econômico. O próprio Banco Mundial documentou que vários países africanos teriam “claramente o potencial para alcançar ou mesmo superar uma taxa de crescimento anual de 7%” (Easterly, 1995). Todas erradas.

Atualmente há uma forte corrente de pesquisadores, não apenas os institucionalistas, que acreditam que tais previsões estariam distorcidas porque se pensou nas origens do crescimento de longo prazo para os países errados. Houve uma certa negligência quanto à incorporação das forças sociais e institucionais no desenvolvimento econômico. Ou seja, caso fosse disponível à época um índice que incorporasse fatores sócio-econômico-institucionais para guiar os pesquisadores, estes teriam errado menos nas suas previsões.

O tipo de sociedade de fato importa para o desempenho do crescimento econômico. Cole et. al. (1992) enfatizam que as interações entre a organização de uma sociedade e sua

performance econômica foi considerada como talvez a questão fundamental da economia política. Os arranjos sociais modernos têm sido colocados entre as pré-condições para o desenvolvimento econômico, tal como preconizava as Nações Unidas em suas medidas ou regras de desenvolvimento para os países sub-desenvolvidos na década de 50.

Nesse sentido, Abramovitz e David (1996) vêem esses arranjos de potencialidades sociais como englobando os atributos e qualidades dos indivíduos e organizações que influenciam as reações das pessoas às oportunidades econômicas, e originárias nas instituições políticas e sociais. O estado da arte neste assunto aponta para a identificação e mensuração de tais efeitos sobre o desenvolvimento econômico, em resposta ao que Abramovitz (1986, p.307) estabelecia à época de seu trabalho: ... *ninguém sabe exatamente o seu significado (social capability) ou como medi-la*¹.

Atualmente o conceito de capital social tem estado na agenda de pesquisadores, os quais tomam como referencial o trabalho seminal de Putnam (1996). A ênfase nesta linha de pensamento tem sido estabelecer indicadores de “confiança” e “participação social” nos trabalhos empíricos, buscando explicar as trajetórias de desenvolvimento de países e regiões. Como ainda é emergente, a busca por influências sociais no crescimento econômico deverá gerar uma rede de possibilidades bastante vasta, fazendo com que a conexão entre dotação sócio-política de uma sociedade e desenvolvimento econômico ainda seja um grande hiato. Nesse sentido, é vasta a linha de pesquisas atuais que buscam a especificação de modelos teóricos que enfatizam as deficiências de arranjos sociais e institucionais na obstrução de melhores níveis de variáveis tangíveis, como P&D, capital humano, idéias e inovações tecnológicas, todas exercendo externalidades positivas para gerar rendimentos crescentes no produto per capita, ou seja, crescimento econômico.

Alguns estudos recentes sobre crescimento econômico, tais como Mauro (1995), Alesina et. al., 1996, Alesina (2000), Arraes e Teles (2000), Mo (2001), vêm incluindo elementos institucionais para explicar as divergências de crescimento entre países e entre regiões com base em modelos endógeno. E tem sido ressaltado de forma enfática que as instituições influenciam no equilíbrio de longo prazo dos países. Elementos de um ambiente institucional que incluem a qualidade do governo, do sistema jurídico, garantia de liberdades civis e políticas dos indivíduos, direito de propriedade, democracia, sistema legal eficaz, e outras variáveis relacionadas com os conceitos de capital social e capital político, as quais denotam instituições confiáveis para a sociedade.

Um grande avanço é a idéia de que os fatores institucionais e as relações sociais de fato importam, e passam agora a ser incorporados para explicar o processo desenvolvimento de uma região. A sociedade civil com maior integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio-econômica em uma região.

Assim, a hipótese principal deste trabalho é que elementos institucionais são importantes para explicar as diferenças entre países pobres e ricos. Estes podem ser fontes de superação do atual estágio de países e regiões pobres, em uma dimensão mais ampla da sociedade a capacidade de cooperação dos indivíduos; confiança e participação cívica associada a boas instituições são os elementos que constituem o capital social.

Existem diferenças de objetivos e metodologias para se mensurar as instituições, porém é possível afirmar que não são apenas fatores de produção tangíveis que afetam o desempenho econômico dos países, regiões ou localidades. A investigação de como o capital social aumenta a eficiência produtiva e bem-estar da sociedade, e os efeitos da qualidade institucional na performance de economias, formam o objetivo deste trabalho. A abordagem empírica fará uso de dados em painel para países e para os estados brasileiros.

¹ Tradução própria.

2. Sociedade Civil e Estruturas de Associações Horizontais e Verticais.

Na sociedade civil existe uma rede de forças culturais, religiosas, sociais e econômicas, sobrepostas por laços mútuos. Em uma visão restrita, sociedade civil pode ser definida como uma rede de associações, geradoras de normas de confiança, em que os cidadãos aprendem a cooperar com benefícios mútuos, conforme o conceito de capital social, ou como redes de associações que socializam os participantes em normas de reciprocidade e de confiança generalizadas que facilitam padrões de ação em comum.

A sociedade engloba de início o núcleo familiar e os grupos de parentesco, realizadores de funções primárias de integração social. E secundariamente, as empresas, organismos em ordem à produção e distribuição, mas que, na perspectiva da sociedade civil, são uma estrutura de relações sociais em que os trabalhadores procuram a valorização. Assim o processo de socialização exige laços sociais que associativismo através de valores cívicos e confiança que permitam uma maior coesão social, que é condição essencial para gerar um espírito de cooperação.

Um exemplo usado na literatura que comprova que os diferentes processos de integração entre os agentes econômicos afetam as práticas cooperativas e de associativismo é a pesquisa de Putnam sobre as diferenças de crescimento das regiões Norte e Sul da Itália.

Segundo Putnam (1996), a partir da conquista normanda da Sicília, na Idade Média, construiu-se no sul da Itália uma tradição cultural autoritária, que levou ao predomínio nessa região de relações sociais de tipo vertical, hierárquicas, o que gerou um campo pouco fértil para o cultivo do espírito participativo e comunitário. Nessas sociedades, os indivíduos tendem a concentrar suas lealdades e sua confiança em círculos mais fechados, como aqueles unidos por laços familiares, sendo pouco propensos a associações e relações colaborativas com pessoas que lhes são menos próximas na comunidade. Na região Sul da Itália predominam ainda formas clientelísticas de relacionamento político, as pessoas acham que vale mais a pena ter um político influente como protetor e tentar conseguir privilégios especiais para si. Neste contexto uma estrutura vertical de rede de relacionamentos não cria confiança suficiente para formar a coesão social necessária para facilitar as transações econômicas.

Já na região norte da Itália em que as relações feudais foram menos duradouras e cuja tradição democrática remonta às cidades medievais, berço de instituições do tipo republicanas, as redes de relacionamentos tornaram-se mais densas ao longo da história, criando-se um ambiente em que predominam as associações horizontais de participação cívica que favorecem, a colaboração e ampliam a integração entre os seus sócios. O que favoreceu a acumulação de capital social, fortalecendo a coesão das comunidades, promovendo a colaboração na solução de problemas comuns e estimulando os vários atores sociais a participarem ativamente da discussão das questões de interesse público.

No Norte, as pessoas lêem mais jornais locais, participam mais de associações esportivas, culturais e cívicas em geral e têm muito maior envolvimento político nos assuntos de suas comunidades. A confiança entre as pessoas permite a criação e participação ativa de associações horizontais que ajudam no funcionamento da economia. As regiões do Norte têm, ainda, muito mais organizações cooperativas.

Como destaca Putnam (1996, p.178), algumas associações prosperam graças a uma cadeia de relações sociais baseadas na confiança mútua, reciprocidade generalizada, em muitos casos os membros tem que acreditar na confiabilidade dos outros para cumprir com as obrigações, pois poucos sabem a respeito deles, como um deles disse: empresta - se confiança mútua, confio em você, porque confio nela e ela me garante que confia em você.

Assim, as associações horizontais são aquelas em que os membros possuem o mesmo poder e que criam redes de solidariedade e ampliam e desenvolvem relações de reciprocidade

generalizada, favorecendo a cooperação espontânea e criando barreiras à ameaça do clientelismo e do oportunismo, geradores de uma reciprocidade limitada e assimétrica.

Em síntese cada país ou região é produto da sua própria história e o equilíbrio de relações entre os vários atores – empresários, uniões de comércio, governo e setor voluntário – é uma parte importante do ambiente político que amolda o desenvolvimento do indivíduo e capacidades sociais. A geração e uso efetivo de conhecimento e habilidades podem depender da escola social em famílias, comunidades locais, escolas ao longo da sociedade. De fato resultados não econômicos podem ser relacionados a melhorias na qualidade de vida, saúde e bem-estar psicológico dos indivíduos como também a inclusão de grupos minoritários na sociedade. Por conseqüência estes resultados não econômicos podem alimentar uma contribuição positiva para melhorar a eficiência econômica e aumentar a produção.

3. Capital Social e Desenvolvimento

Atualmente na literatura econômica vem sendo ressaltada a importância do capital social, ou da medida em que os cidadãos estão dispostos a cooperar entre si através de relações de confiança interpessoal e na eficiência das instituições para o desempenho econômico das sociedades contemporâneas. Os mecanismos pelos quais valores cívicos influenciam o desempenho socioeconômico são vários: os níveis de confiança existentes em uma sociedade servem para reduzir custos de transação nas economias de mercado o que facilita as relações econômicas e sociais.

A cooperação para o desenvolvimento² pode também postular, na atualidade, a responsabilidade por contribuições de muitos fatores importantes para o desenvolvimento sustentável, que são menos quantificáveis. Esses fatores abrangem desde a melhoria da capacidade para administrar políticas econômicas e sociais até a crescente atenção dada a temas como a responsabilidade perante o público, a obediência à lei, o respeito aos direitos humanos, o aumento da participação, a acumulação de capital social e a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Esses aspectos do desenvolvimento, mais complexos que alguns dos desafios anteriores, são componentes básicos da cooperação internacional na atualidade [OECD, 1996, p.8].

Para a economia convencional os elementos que constituem o crescimento econômico são os investimentos em máquinas e equipamentos; infra-estrutura; tecnologia; educação e preparação técnica da mão de obra adicionada a eficiência das políticas públicas (fiscal e monetária). A questão que se coloca e que firmas podem possuir sistemas de centrais telefônicas e ar condicionado, departamento de contabilidade, recursos físicos e humanos semelhantes e ainda assim ter diferentes produtividades (no nível micro) e algumas comunidades, regiões ou países possuem dotações semelhantes de capital físico, humano, tecnologia e atuação do governo (no nível Macro) e ainda assim possuem taxas de crescimento bem diferentes. E o que todo mundo tem nunca pode constituir uma vantagem. Isto torna necessária a busca de outras fontes que possam explicar o crescimento econômico.

Capital social seria o elo de ligação entre estes fatores, ou seja, o elo que mantém a coesão social e facilita as transações da economia. Segundo o Banco Mundial (2001, p.133), *“As organizações da sociedade civil e o Estado podem lançar os alicerces institucionais para que os grupos cooperem com vistas ao bem comum. As instituições precisam ser participativas, idôneas e responsáveis, de tal forma que a população possa ver os benefícios*

² O Desenvolvimento Econômico significa o processo pelo qual os países subdesenvolvidos eliminam a distancia que os separam dos países de capitalismo avançado. Neste sentido, esta diferencia-se de outra aceção do termo, na qual o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, significando o aumento percentual do produto nacional mais rápido que o aumento percentual da população. A primeira aceção é preferida pelos economistas que diferenciam o esforço empreendido pelos países subdesenvolvidos para eliminar o seu atraso do processo de crescimento gradual das economias modernas.

da cooperação. Tais instituições devem estar ancoradas em sistemas constitucionais e jurídicos e em sistemas políticos representativos, permitindo que grupos defendam seus interesses por outros mecanismos que não a violência”.

Grotaert (1997) identifica que países com dons semelhantes de capital natural, físico, e humano alcançaram níveis muito diferentes de desempenho econômico. Da mesma forma, há regiões ou cidades dentro de países, e até comunidades dentro de regiões ou cidades. Eis quatro casos, identificados como exemplo, que exibem um aspecto de capital social para crescimento econômico.

Caso 1: As altas taxas de crescimento econômico dos tigres asiáticos, relativos a outras partes do mundo, só podem ser explicadas parcialmente através de fatores convencionais como investimentos em capital humano; capital físico e tecnologia. Políticas governamentais foram caracterizadas através de arranjos institucionais e desígnios organizacionais proporcionando aumento da eficiência, troca de informação, e cooperação entre o governo e indústria;

Caso 2: Em um estudo para a Itália, Putnam (1996) comprovou que a densidade mais alta de associações entre pessoas na Itália do norte era um fator forte explicativo para o sucesso econômico da região, relativo a Itália meridional onde tais associações são menos freqüentes;

Caso 3: Depois do outono de 1991 a desordem civil e governamental que prevalecia na Somália fez a renda cair em quase todas as regiões do país. Uma exceção era a cidade portuária de Boosaaso, em que, um conselho de anciões com o apóio das pessoas locais organizou uma força de segurança que permitiu o florescimento do Comércio, e com isso as rendas melhoraram.

Caso 4: Em Gujarat, aldeia da Índia, confrontações violentas entre as comunidades locais e governo, conduziam a estagnação econômica. Depois que as comunidades foram mobilizadas e uma administração comum foi instituída, os conflitos recuaram e a produtividade e rendas da aldeia subiram.

Para o Brasil, Monastério (2001) identificou que as maiores taxas de crescimento da região norte do Rio Grande do Sul são acompanhadas de uma participação cívica maior em relação à parte sul do estado. Estudos semelhantes elaborados por Blanco (2001a; 2001b) para o Brasil analisam a participação cívica nas eleições para governadores e seus efeitos sobre as despesas estaduais com conseqüências diretas para o desenvolvimento.

Nascimento (2000) encontrou evidencias que capital social teve impacto no desenvolvimento de comunidades produtoras de sisal no estado da Bahia através da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – APAEB. A associação constatava que o que enriquecia os negociantes do sisal era a manutenção de um modelo de exploração econômica altamente perverso, baseado em quatro práticas excludentes: 1) a prática regressiva dos preços pagos ao pequeno produto pela fibra seca; 2) a prática de fraudar a pesagem do sisal com a adulteração das balanças; 3) a prática de manipular a qualidade da fibra seca do sisal com a reclassificação do produto sempre para um nível mais baixo; e 4) a prática de sonegação fiscal. O desafio da APAEB-Valente era criar um novo modelo que mudasse as regras desse jogo. A primeira ação foi a de implementar uma política de preços própria que interferisse no mercado e reduzisse a extrema exploração imposta pelos atravessadores aos pequenos agricultores produtores de sisal.

4. Capital Social como um Elemento Produtivo

A história de crescimento econômico durante os últimos 50 anos foi o contraste nos períodos 1950-1974 e 1975-2000. O primeiro era um tempo de prosperidade geral na qual

todas as estratégias renderam resultados positivos para países ricos e pobres, com economias abertas e fechadas, localizados em climas temperado e tropical. Havia um relativamente alto bem-estar para todos. O período de vinte anos entre 1974 e 1994, porém, foi desastroso para todos com exceção dos Tigres Asiáticos; o mundo em desenvolvimento sofreu um colapso de crescimento de vinte anos do qual só emergiu recentemente.

Os teóricos como Romer, Lucas, e Barro endogeinizaram na função de produção externalidades, as quais causam uma redução dos custos, sendo então amplamente positivas, fazendo gerar rendimentos crescentes. Eles incorporaram novos variáveis aos respectivos modelos de crescimento endógeno: Inovações, idéias e tecnologia (Romer, 1986); capital humano (Lucas, 1988); despesas públicas (Barro, 1989 e 1990). A partir daí, a literatura econômica recente parece entrar em consenso, ao analisar os fatores propulsores do crescimento econômico, sobre a relação existente entre acumulação de capital humano, investimento em infra-estrutura, progresso tecnológico e um grande número de variáveis capazes de fomentar externalidades sobre o investimento, e o crescimento econômico sustentável. Nesse debate o ponto colocado em foco por uma grande quantidade de pesquisas recentes resume-se em uma questão: Por que então a trajetória de crescimento econômico temporal em muito difere entre nações? A partir desta questão, tem surgido recentemente muitos trabalhos baseados na Nova Economia Institucional, onde novas variáveis, e muitas das quais intangíveis, geram adicionais formas de externalidades para explicar a trajetória de crescimento dos países³.

Capital social pode ser endógeno, quando este revaloriza o conjunto de recursos de um país ou região e permite a otimização do seu potencial. Arraes e Teles (2000) provaram através da literatura econômica do crescimento endógeno usando modelagem econométrica que a qualidade das instituições tem influência significativa no crescimento econômico. Já Collier (1998) considera que o modo mais fácil de endogeneizar capital social é explicar isto em termos dos custos de integração social. Os custos de interação social são as penalidades políticas contra sua formação, e os custos financeiros de comunicação. Conseqüentemente, a um nível altamente agregado em que poderíamos supor que a ação de capital social é uma função de liberdades civis, a densidade de telefone, fragmentação etno-lingüístico, e densidade de população (à distância entre agentes). Ele ilustra isto em uma regressão para explicar a variável confiança, como uma medida obtida por pesquisas que permitem comparações. Os resultados empíricos de sua pesquisa mostram que uma cadeia de telefones é altamente significativa. Porém, a densidade de telefones é endógena para interação social porque as pessoas precisam telefonar, e a utilidade de um telefone não só depende em seu preço, mas em quantos outros agentes utilizam o telefone. Densidade populacional também é importante. Uma sociedade com uma densidade muito alta quando comparada com uma que tem uma densidade menor conduz a um índice de confiança maior. Porém ambiente com densidade populacional menor também conduz a confiança, talvez porque há menos competição para recursos. Ele mostra ainda que o efeito de diversidade étnica, sobre confiança é negativo, mas não significativo.

Paldan e Svendsen (1999) procuram identificar o capital social como um argumento adicional na função de produção, junto com os fatores convencionais: Capital físico; Capital público (infra-estrutura); Capital Humano e Progresso técnico (Inovação tecnológica). Os modelos de crescimento endógeno trouxeram como elementos importantes para as diferenças de PIB per capita entre os países, elementos como capital humano, o processo de aprender

³ Sob essa ótica, a perpetuidade de níveis elevados de capital humano, capital físico e produtividade estão condicionados à qualidade institucional, de forma que o primeiro passo a ser efetivado em uma política de crescimento sustentável implica-se pela constituição de mecanismos que garantam uma estrutura institucional capaz de prover os fatores causadores e mantenedores do crescimento de forma contínua. Em uma visão simplista desenvolvimento sustentado seria um crescimento econômico sustentado com uma boa distribuição de renda.

fazendo (learning-by-doing) e os processos relativos à existência de externalidades advindas de inovação tecnológica (efeitos spillover). A inovação seria uma função do estoque de conhecimento da comunidade e o estado atuaria na coordenação dos agentes, principalmente nos países em desenvolvimento em que tal estoque se mostra relativamente reduzido.

Neste sentido é levantada a importância das instituições para o progresso técnico, e como relatou Souza Filho (2001) “*A sociedade civil, e nela compreendida as formas de solidariedade, integração social e cooperação, podem ser considerados o principal agente de modernização e transformação socioeconômica em uma região*” e assim capital social é tão produtivo quanto às outras formas de capital, conforme Coleman, pois se A faz algo por B e confia em B para ajuda-lo no futuro, isto estabelece uma expectativa em A e uma obrigação em B. (1988 p. 102). Putnam (1996, p.177) compartilha da mesma opinião quando afirma “*Um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e deposite ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e de confiança*”. Isto caracteriza um conjunto de obrigações, expectativas normas e informações que beneficiam o desempenho econômico. Para Knack (1999), confiança interpessoal pode reduzir custos de transação de forma bastante significativa, pois, como exemplifica, os contratos são plenamente cumpridos, bicicletas são estacionadas sem cadeados, dispensa-se monitoramentos para empregados, sócios e fornecedores, dentre outros.

Assim, confiança é um elemento importante para o processo produtivo e considera-se que a “relação entre o capital social e o crescimento econômico dá-se através da produtividade total dos fatores”, onde se defende que capital social esteja relacionado com outras variáveis envolvidas nas funções de produção dos modelos de crescimento endógeno.

Em síntese, capital social é visto como um dispositivo de redução de custos de transação ou monitoramento que poderia ser agregado como um fator de escala para a produção. Neste caminho, a contribuição da teoria de crescimento endógeno é identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, interagem como elementos produtivos e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se conclui que uma região dotada destes fatores, ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente, teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

5. Um Modelo Neoclássico de Capital Social e Crescimento Econômico.

O modelo de Whitely (2001) é uma adaptação do modelo de crescimento neoclássico de Mankiw, Romer e Weil (1992), o qual incorpora capital social, capital humano e capital financeiro como fatores de produção, determinantes do crescimento econômico.

Utilizando-se o modelo de crescimento neoclássico de Solow, onde é assumido que o crescimento agregado pode ser modelado por uma função de produção do tipo Cobb-Douglas com rendimentos constantes de escala, dada por:

$$Y(t) = [K(t)]^\alpha [A(t)L(t)]^{1-\alpha} \quad \text{onde } 0 < \alpha < 1 \quad (1)$$

Onde, Y: Renda; K: Capital financeiro; A: o nível de tecnologia; L: trabalho. Assume-se neste modelo que mudança tecnológica (g) e crescimento de população (n) são determinados exogenamente, e crescem a uma taxa constante:

$$L(t) = L(0)e^{nt} \quad (2)$$

$$A(t) = A(0)e^{gt} \quad (3)$$

Assim, o número de unidades efetivas de trabalho, $A(t)L(t)$, cresce a taxa $n + g$. Também é assumido que investimento, ou a taxa de mudança de capital financeiro, K , com respeito a tempo é determinada por:

$$\begin{aligned} \partial p / \partial t &= S_p Y(t) \\ \partial p / \partial t &= S_p y(t) - (n + g)p(t) \quad \text{ou} \quad \partial p / \partial t = S_p p(t)\alpha - (n + g)p(t) \end{aligned} \quad (4)$$

onde, $y = Y/AL$; $p=K/AL$, exprimindo a relação de renda para trabalho efetivo e a relação de capital financeiro para trabalho efetivo.

Com estas suposições, pode ser mostrado para isto que a evolução da economia é determinada por uma proporção constante de S_p de renda é investida em capital financeiro.:

Assim a mudança na relação de capital/trabalho depende de poupanças e também a taxa de crescimento de trabalho efetivo.

No longo-prazo o valor do investimento p^* é definido por

$$s.p^{*\alpha} = (n + g)p^*$$

de forma que

$$p^* = [s/(n + g)]^{(1/1-\alpha)} \quad (5)$$

Em outras palavras, a relação de capital/trabalho está positivamente relacionada à taxa de poupanças e negativamente para a taxa de crescimento da população e tecnologia. Em resumo, quanto mais alta a taxa de poupança maior a taxa de crescimento econômico, e quanto mais alta a taxa de crescimento da força de trabalho efetiva, maior é a taxa de crescimento econômico

Substituído a equação (5) na função de produção (1), produto per capita em forma logarítmica é dada pela seguinte expressão:

$$\ln[Y(t)/L(t)] = \ln A(0) + gt + (\alpha / 1-\alpha) \ln(S_p) - (\alpha / 1-\alpha) \ln(n+g) \quad (6)$$

Em fatores de produção da teoria neoclássica, se a produtividade marginal é dada, o modelo prediz os sinais e as magnitudes dos coeficientes de poupanças e crescimento de população. Isto implica que a elasticidade de renda per capita com respeito à taxa de poupança e a elasticidade com respeito a crescimento de população são conhecidos, por exemplo no trabalho de Mankiw, Romer e Weil (1992) eles são respectivamente $(\alpha / 1-\alpha) = 0.5$ e $n = 0.5$.

São feitas algumas suposições simplificadoras para se poder calcular o modelo. É assumido que o crescimento de tecnologia (g) é constante para todos os países, baseado na hipótese que avanços em conhecimento tenham as características de um bem público, o que implica que países podem beneficiar-se até mesmo de inovação tecnológica se eles não investem significativamente em P&D. Esta constante é somada à variável de crescimento de população para produzir uma medida do crescimento de trabalho efetivo. É também assumido que o valor inicial do nível de tecnologia para todos os países é independente de fatores específicos. Isto dá lugar ao seguinte modelo econométrico se inferir sobre os seus parâmetros:

$$\ln[Y(t)/L(t)] = \alpha + \beta_1 \ln(\text{investimento}) + \beta_2 \ln(\text{crescimento populacional} + \text{constante}) + \epsilon \quad (7)$$

O modelo proposto leva em conta a inter-relação dinâmica entre investimento e renda calculando numa versão de longo-prazo. Estudo empírico para uma amostra de 98 países indicou que este modelo explica 59 por cento das variações do PIB per capita, e testes de restrições nos coeficientes do modelo atestam que β_1 e β_2 são iguais e de sinais opostos, o que é consistente com as predições do modelo neoclássico onde os fatores de produção exaurem o produto pelos seus produtos marginais. Não obstante o modelo simplificado parece capturar as características principais de diferenças entre nações em crescimento econômico.

Apesar deste fato, o modelo não tem completamente êxito, uma vez que estimativas da influência de poupanças e o crescimento econômico na força de trabalho, são muito maior do que as prediz a teoria neoclássica (Mankiw, Romer e Weil, 1992, p.415). Mas se o modelo é aumentado incorporando uma variável de capital humano, medida pela fração da população em idade de freqüentar escola secundária, então esta anomalia pode ser removida. Eles concluem que o modelo seguinte é uma estimativa razoável da função de produção Cobb-Douglas para uma amostra maior de países: $Y = A(t)K^{0.33}H^{0.33}L^{0.33}$ onde H: é capital humano, e as outras variáveis são definidas acima.

Uma ampliação deste modelo visa incluir capital social como um determinante adicional de crescimento econômico. Isto é representado pela equação seguinte:

$$Y(t) = K(t)^\alpha H(t)^\beta S(t)^\gamma [A(t)L(t)]^{1-\alpha-\beta-\gamma} \quad (8)$$

$$0 < \alpha, \beta, \gamma < 1$$

Nesta nova formulação da função produção (Y), capital financeiro (K), capital humano (H), trabalho (L), e o nível de tecnologia (A), são definidos da mesma maneira como previamente, além do capital social (S). É interessante considerar o que isto implica sobre a relação entre capital social e desempenho econômico, onde o produto marginal de capital social é positivo.

$$\partial Y / \partial S = \gamma S(t)^{\gamma-1} K(t)^\alpha H(t)^\beta [A(t)L(t)]^{1-\alpha-\beta-\gamma}$$

Capital social adicional conduz a um maior nível de produto, mas, por outro lado, espera-se que haja simultaneidade no sentido inverso. Segundo a literatura, a criação de capital social requer recursos a longo-prazo. É também assumido que a taxa de crescimento de capital social em um país é determinada por:

$$\partial S / \partial t = S_s Y(t) \quad (9)$$

onde S_s é a fração de renda investida em capital social. Segue isso de um modo semelhante para equação (4) a evolução de investimento em capital social por unidade efetiva de trabalho é determinada por:

$$\partial k / \partial t = S_s y(t) - (n + g)k(t) \quad (10)$$

onde, $y = Y/AL$; e $k=S/AL$. O modelo implica que externalidades do capital social são importantes para sustentar crescimento econômico, mas é necessário criar este recurso. É assumido que uma unidade de produção necessita de investimentos em capital humano, capital físico e capital social. A equação econométrica para este modelo é derivada da solução de longo-prazo às equações que são diretamente análogas a equação (7) podendo ser escrita como segue:

$$\ln[Y(t)/L(t)] = \alpha + \beta_1 \ln(\text{Investimentos}) + \beta_2 \ln(\text{Crescimento Populacional}) + \beta_3 \ln(\text{Capital Humano}) + \beta_4 \ln(\text{Capital Social}) + \gamma(\text{Controle}) + \epsilon \quad (11)$$

onde (Controle) é um vetor de variáveis de controle que completa o modelo básico.

Uma variável de controle comumente utilizada neste modelo é uma medida de convergência, ou a tendência de economias mais pobres para crescer mais rapidamente que economias desenvolvidas (Romer,1994). Outra variável que parece ser um predito significativo de crescimento em qualquer trabalho empírico é o tamanho de gasto de governo, normalmente expresso como uma porcentagem de receita global do país (Barro,1991). Estudos recentes têm utilizado outras variáveis de cunho político-institucionais como de controles - regra de lei, qualidade da burocracia, liberdades civis, corrupção, fragmentação etno-lingüística, direitos políticos, distribuição de renda - que podem ser pertinentes a desempenho econômico. Discute-se na próxima seção a especificação do modelo a ser testado, tendo como referencial tais variáveis.

6. Análise Empírico-Metodológica

6.1. Base de Dados

Para o cumprimento do objetivo central, foram direcionados esforços no sentido de coletar e agrupar para os países e estados brasileiros, variáveis qualitativamente satisfatórias e capazes de guardar o máximo possível de analogia em relação às utilizadas nas análises cross-sections para países. Os dados para esta seção empírica são obtidos combinando alguns bancos de dados distintos.

Para os Países:

O primeiro é o Penn World Table 5.6 de Summers e Heston (1995) que é um conjunto de séries temporais econômico-nacionais que cobre um grande número de países nos quais são denominadas variáveis em um arranjo comum de preços e moedas correntes que serviram para definir PIB per capita em preços constantes de dólar (PIBC); Gastos do Governo em relação ao PIB(G); Investimentos (considerados como a atuação do capital em equipamentos de transportes; construções residenciais, não residenciais e outras construções e produtos duráveis em relação ao PIB) (I). Isto torna possível comparar reais quantidades diretamente sem os problemas que podem acontecer com dados de contas nacionais diferentes.

O segundo banco de dados é a pesquisa de Valores Mundiais de 45 países levada a efeito entre 1981 e 1990 pela ICPSR – Inter-University Consortium For Political And Social Research (ICPSR; 2001), de onde é extraída a variável capital social (S) de Knack e Keefer, como o índice de participação cívica e confiança medido pelas atitudes das pessoas, medida em uma escala de 1(Nunca justificável) para 10 (Sempre justificável), como registrou na pesquisa, seguindo a relação à postura das pessoas frente a situações do tipo: (a) reivindicações de benefícios governamentais para os quais não se é o titular; (b) evitar o pagamento de tarifas ao utilizar transporte público; (c) uso de meios escusos para evitar o pagamento de impostos e taxas devidas; (d) disposição em manter um objeto alheio “achado” acidentalmente; e (e) deixar de comunicar ao proprietário de um veículo o dano causado acidentalmente ao seu veículo que estava estacionado. Medida através de pesquisas de opinião de amostras entre 9 mil e 15 mil pessoas em 45 países.

O terceiro banco de dados é oriundo de Easterly (1999); Os dados estão no formato de Loto, e divididos em 2 partes: data1 e data2, com dois arquivos de description,: descr1 e descr2. Este banco de dados inclui 95 variáveis para mais de 100 países, cobrindo o período 1960-90; Neles estão contidas diversas variáveis institucionais definidas na Tabela 1.; Capital Humano (H), calculado como os anos de instrução media na população total acima dos 25 anos de idade (exceções para México e Noruega onde foi usada a média de instrução para pessoas acima dos 26 anos de idade); e o índice de Gini (GINI).

Para os Estados Brasileiros:

A primeira fonte de dados é o Anuário Estatístico do Brasil - IBGE(2001) e exceção para os dados de 1990 obtidos em Ahmad (2001) com dados sobre o PIB per capita medidos em dólares preço paridade consumo pelo world development report; Investimentos (I) que será definido pelo consumo de energia elétrica não residencial percentual, ou seja, consumo de energia geral menos consumo residencial dividido pelo consumo em geral (IBGE ou no site do ministério das minas e energias - MME(2001);

A segunda fonte é o Instituto Universitário de Pesquisas do estado do Rio de Janeiro - IUPERJ (2001) ou no site do Supremo Tribunal Eleitoral - STE (2001) que definiu as variáveis para abstenção (S') nas eleições estaduais. Em terceiro vem o indicador de educação do PNUD (H), medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, do PNUD (2000) e IPEA (2001). E por último Índice de Gini (GINI) e Despesas Primárias Estaduais per capita a preços constantes de 1999(G), extraídos de Blanco (2001b) ou [on line] no site do Ministério da Fazenda que dispõem sobre informações de despesas estaduais (2001).

TABELA 1. FONTE DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS PARA CAPITAL SOCIAL

Variáveis	Símbolo	Descrição	Fonte
Confiança e Civismo	S	Índice (1-100); maiores valores representam mais confiança	ICPSR (2001)
Qualidade Burocrática	BUR	Índice (1-6); maiores valores representam menos burocracia	Easterly (1999)
Regra à Lei	RLEI	Índice (1-6); maiores valores representam maior coesão perante a lei	Idem
Corrupção	CORR	Índice (1-6); maiores valores representam menores níveis de corrupção	Idem
Direitos Políticos	DPOL	Índice (1-7); maiores valores representam menores direitos políticos	Idem
Militares na Política	MPOL	Índice (0-6); maiores valores indicam menor participação militar no governo	Idem
Liberdade Civil	CLIB	Índice (1-7); maiores valores representam liberdades civis reduzidas	Idem
Terrorismo Político	TPOL	Índice (0-6); menores valores representam maior risco de terrorismo	Idem
Risco de Guerra Civil	RG	Índice (0-6); menores valores representam maior risco de guerra civil	Idem
Tensões Étnicas	TR	Índice (0-6); menores valores representam maior risco de conflitos étnicos	Idem
Abstenção Eleitoral	S'	Abstenções nas eleições estaduais do Brasil.	IUPERJ (2001)

Uma vez que capital social expressa níveis de confiança, participação cívica e qualidade institucional em uma determinada sociedade, ela foi então definida através do índice de participação cívica e confiança de Knack e Keefer (1997), e será incorporada a um sistema de equações simultâneas para os países considerados. E para os estados, tal variável será definida pelo índice de abstenção em eleições uma vez que, *“a participação da população no processo político reduz a chance de ter um eleitorado cativo e faz com que a adoção de políticas publica seja mais imune ao ativismo de grupos de interesse,*

desestimulando comportamentos do tipo “rent-seeking” (Blanco; 2001a)” o que permite comparar civismo e confiança institucional nos estados. Segundo Blanco, pode-se esperar ineficiência em estruturas políticas com um elevado grau de fragmentação política, onde comportamentos do tipo “pork barrel” ou “logrolling” permitem que grupos de interesse exerçam influência sobre a alocação de recursos públicos locais em prejuízo da maioria. Baixa participação da comunidade local pode gerar uma maior vulnerabilidade das esferas inferiores de governo à influência das elites regionais, a comportamentos rent seeking ou simplesmente a própria corrupção. Assim, se as esferas inferiores de governo são mais vulneráveis, as chances de captura das estruturas públicas subnacionais por parte de grupos de interesse constitui um contra argumento forte à maior eficiência da política das unidades descentralizadas.

6.2. Metodologia

Variáveis político-institucionais vêm sendo inseridas recentemente por diversos estudos econométricos através de estimações em cross-country a fim de fornecer novas abordagens sobre o diferencial do nível de crescimento entre nações. Dentro dessa linha de investigação pode-se discriminar o capital social como uma nova variável explicativa que incorpora as instituições de uma sociedade. Será utilizado um painel de dados com dois períodos para 26 países (1980,1990), e com três períodos para 20 estados do Brasil (1990, 1994, 1998). Devido a pouca disponibilidade de dados para a variável Capital Humano se utilizou informação de 1991 ao invés de 1990 e 1995 ao invés de 1994. Pela mesma razão, gastos primários per capita foram usados dados de 1995 ao invés de 1994.

As especificações das variáveis de capital social a serem utilizadas neste estudo apresentam-se na tabela 1. Três critérios básicos foram considerados nas escolhas dos indicadores a serem utilizados nas estimações, e que melhor exprimam qualidade institucional dentro dos padrões que se ajustem e permitam conduzir simulações para o Brasil. O primeiro, é a verificação da não ambigüidade das variáveis com o nível de produto, sendo tal critério amplamente satisfeito pela verificação da existência de um único sentido de tal relação. O segundo critério concerne na necessidade de cada variável apresentar, sob algum aspecto, a natureza de um bem público. Por fim, o terceiro critério é estabelecido pela própria aceitação de tais indicadores como suficientemente capazes de refletir a realidade, pela literatura econômica especializada.

Dois observações fundamentais devem ser notadas como de essencial importância para a formulação do modelo econométrico. A primeira insere-se no fato de existir uma correlação elevada entre tais variáveis. O segundo ponto decorre da observância de elevada correlação entre as variáveis institucionais e o PIB per capita. Existe um círculo virtuoso entre qualidade institucional e crescimento econômico, de forma que boas instituições favorecem o crescimento e elevados níveis de renda incentivam a permanência de estabilidade política e de eficiência institucional.

A investigação dos efeitos do capital social sobre o crescimento econômico será realizada através um modelo econométrico de equações simultâneas, de forma a ser possível não apenas a verificação da relação entre capital social e crescimento, mas, fundamentalmente, das interações existentes entre capital social e renda per capita, capitando assim os efeitos do círculo virtuoso entre tais variáveis, e das interações existentes entre as próprias variáveis. Possibilita-se, então, através deste modelo o teste da endogeneidade tanto do crescimento como do capital social conjuntamente.

A escolha do número de variáveis qualitativas para explicar capital social foi tomada a posterior através de um pré-teste, de onde se buscou maximizar a performance do modelo simultâneo através de testes estatísticos. Assim, as equações que visam explicar a qualidade institucional assumem a forma de equações de variáveis dependentes limitada do

tipo Probit a serem determinadas conjuntamente. A forma estrutural do modelo que obteve melhor desempenho estatístico para fins de previsão é dada por:

Para países:

$$\begin{aligned} \text{PIBC} &= f_y (\text{H, I, S, G, GINI, COMP, CORR}). \\ \text{S} &= f_s (\text{PIBC, H, COMP, CORR}) \\ \text{CORR} &= f_c (\text{PIBC, S, BUR, LIB}) \end{aligned} \quad (12)$$

onde,

$$\begin{aligned} \text{CORR} &\text{ é igual a "1" para valores maiores que 3, e "0" caso contrário}^4. \\ \text{COMP} &= (\text{RLEI} + \text{TPOL} + \text{RG} + \text{MPOL}) \end{aligned}$$

Para estados do Brasil:

$$\text{PIBC} = f_y (\text{H, I, S, G, GINI}). \quad (13)$$

As demais variáveis seguem como especificadas pela tabela 1..Assim, a primeira equação consiste basicamente no modelo de crescimento endógeno com governo formulado por Barro (1990), cujas modificações implicam pela inserção da variável CORR (Corrupção); S (Capital Social para países) e S' (Capital Social para os estados do Brasil) e pela inserção da variável COMP [que representa um índice composto das variáveis: Regra de Lei (RLEI), Militares na Política (MPOL), Risco de guerra civil (RG), Terrorismo político (TP)]. Tais modificações visam, em parte, a própria identificação do modelo simultâneo. Entretanto, tais enxertos são amplamente justificados pela teoria, onde a implementação da variável corrupção (CORR) tende a linearizar o efeito da qualidade institucional sobre o crescimento evitando um resultado inconclusivo (Arraes e Telles, 2000).

Ao mesmo tempo, a inserção da variável S (capital social) encontra suporte em trabalhos recentes, como em Whitely (2001), que demonstra que tal variável melhora consideravelmente o poder de explicação do modelo.

6.3. Resultados

Os modelos de crescimento endógeno formulam que variações em políticas educacionais, fiscais e de comércio exterior, no grau de distribuição de renda concluem em efeitos permanentes sobre o produto per capita. Embora as estimações para os estados apresentem resultados inferiores aos encontrados para os países, a análise implementada demonstra claramente uma forte relação entre as variáveis explicativas e o comportamento do PIB per capita de longo-prazo, o que evidencia a veracidade da endogeneidade das variáveis institucionais.

Nesse sentido, foram realizados testes comparativos entre séries temporais, *cross-section* e *panel data*, com os dados disponíveis para os países e para o estados brasileiros, onde os resultados convergiram no sentido de ampla evidência estatística a favor do método de *panel data*, para todas as regiões analisadas. Antes de comentarmos os resultados, gostaríamos de lembrar que: a) existe um número muito baixo de observações finais dada à dificuldade de se obtê-las, principalmente das variáveis independentes; b) outras variáveis institucionais que não apenas as utilizadas foram testadas, mas omitidas dos resultados porque não apresentaram elevada significância. Entre elas podemos citar: Índice de Direitos Políticos e o Índice de Fragmentação etno-lingüística (Quanto maior o número apresentado, maior a fragmentação do país em grupos que preservam suas raízes culturais e lingüísticas); c) Três equações compõem a tabela de resultados dos países porque as variáveis significativas não apresentaram uma significância conjunta para explicar a mudança de comportamento do PIB per capita.

⁴ Note-se que o valor 3 representa o ponto médio desta variável. (Ver tabela 1)

6.3.1 Estimativas dos modelos (12) e (13)

A tabela 2 apresenta os resultados do modelo estrutural (12) onde as equações foram estimadas, pelo método dos mínimos quadrados de dois estágios. O ajustamento satisfatório obtido nas três equações permite inferir algumas conclusões básicas, além de prover confiança e eficácia nas previsões e simulações daí decorrentes. Em primeiro lugar, confirma-se a endogeneidade do crescimento econômico em uma amostra de países com características econômicas heterogêneas. Em segundo lugar, há simultaneidade entre os fatores qualitativo-institucionais e na sua determinação do crescimento. Em terceiro lugar, o crescimento econômico é condição necessária para o aumento da eficiência institucional. Deve-se realçar que variáveis político-institucionais, como instabilidade política e regra de lei, são relevantes para determinar os fenômenos institucionais depois de incluídos, porém, insignificantes para explicar o crescimento. Algumas variáveis exógenas relevantes foram inseridas com o propósito de identificar o sistema de equações, como o tamanho do Governo (G). Assim, a tabela 2 apresenta os resultados para os países e a tabela 3 para os estados brasileiros.

TABELA 2. ESTIMATIVAS DO MODELO (12) – PAÍSES.

Variáveis	Equações		
	PIBC	S	CORR
C	-2827,00 (3805,37)	11,51 (8,02)	-1,32 (1,83)
H	329,97* (125,25)	0,35 (0,70)	
I	30,14 (61,59)		
G	-78,00 (73,12)		
S	56,95*** (32,34)		-0,083* (0,027)
GINI	-38,39 (47,97)		
CORR	2422,03 (960,33)	1,08* (0,52)	
COMP	411,85* (103,59)		
BUR			0,34** (0,19)
LIB			-0,31 (0,29)
PIBC		0,0016* (0,00074)	0,00017 (0,00012)
R ²	0,83		

Fonte: Estimativas próprias. Notas: Os valores entre parênteses referem-se aos desvios padrão;

(*) simboliza significância estatística de 1%

(**) simboliza significância estatística de 5%

(***) simboliza significância estatística de 10%

Os resultados apresentados pela tabela 2 corroboram a hipótese de que variáveis institucionais; distribuição de renda; gastos do governo; investimentos; capital humano; e capital social. Todas as variáveis institucionais e para o capital social se mostraram muito

significantes embora sejam variáveis intangíveis. Compõe-se de forma significativa na formação de vantagens comparativas para os níveis de produtividade entre os países.

As tabelas 2 e 3 apresentam um comportamento semelhante dos coeficientes de acordo com expectativas teóricas que compõem as equações para Países, e para os Estados do Brasil. A fim de verificar as carências produtivas de cada país analisado e de cada estado do Brasil utilizou-se o modelo especificado pela equação a fim de realizar simulações comparativas entre o país líder, no caso os Estados Unidos, ou, no caso dos estados, o estado líder, que se configura no Distrito Federal, e os demais países e estados, alcançando-se os resultados preditos pelas tabelas 4 e 5.

TABELA 3. ESTIMATIVAS DO MODELO (13) – ESTADOS DO BRASIL.

Variáveis	Equação PIBC
C	-13436,24** (3,31)
H	13,07* (2,30)
I	2,36E-06 (2,27E-05)
G	1,76* (0,59)
GINI	62,28 (76,72)
S	4,96** (2,68)
R ²	0,58

Fonte: Estimativas próprias. Notas: Os valores entre parênteses referem-se aos desvios padrão;

(*) simboliza significância estatística de 1%

(**) simboliza significância estatística de 5%

6.3.2 Cenários e Simulações para os Modelos (12) e (13)

As segundas colunas das tabelas 4 e 5 apresentam a relação percentual existente entre o PIB per capita do país ou estado considerado e os Estados Unidos ou Distrito Federal para os países ou estados respectivamente, enquanto as demais colunas estimam qual seria essa relação caso o país ou estado relacionado tivesse o estoque do fator listado igual ao do país ou estado líder. Como exemplo consideremos o caso brasileiro, cujo PIB per capita, em 1990, significava 22,39% do PIB per capita americano. É importante, porém, ressaltar que alguns resultados refletem de forma convincente as carências e necessidades de cada país, o mesmo ocorrendo com os estados analisados.

Optou-se por analisar corrupção de forma isolada no ambiente institucional por que casos que podem implicar existência de corrupção, Por exemplo, como tem ocorrido, recentemente, várias CPI's de corrupção no Congresso Nacional, é necessário observar as conseqüências políticas deste tipo de ocorrência. Todavia, a corrupção tem conseqüências econômicas, além das políticas, relevantes. A corrupção também onera o crescimento econômico da região ao afugentar novos investimentos, ao criar incerteza quanto à apropriação dos direitos privados e sociais. Em geral vem acompanhado de estruturas institucionais ineficientes, as quais diminuem a efetividade dos investimentos públicos e privados. Em países onde é generalizada a corrupção, de cada unidade monetária investida, boa parte é desperdiçada, o que implica um investimento, de fato, menor. O risco político e institucional é sempre levado em conta pelos investidores internacionais e domésticos.

Quando esse risco é elevado, projetos de investimentos são adiados, ou até cancelados. Em casos extremos, a corrupção crônica leva países a crises políticas permanentes que acabam em golpes de estado ou em guerras civis.

Nos últimos seis anos, no ranking de 90 nações, o Brasil passou da 36ª posição, em 1995, para a 46ª neste ano de 2001⁵. A cada ano, desde 1995, a corrupção vem aumentando no Brasil, com o país se distanciando cada vez mais e pulando do 36º para o 40º, 45º, 46º e 49º lugar como mostra a tabela 6. O Brasil vem se posicionando como um dos países mais corruptos da América do Sul. Similarmente, cabe ressaltar que a Argentina sofreu uma piora no seu índice de corrupção, pois tinha uma colocação de 30º em 1995 passou para 57º em 2001.

TABELA 4. SIMULAÇÕES DO PIB PER CAPITA DOS ESTADOS BRASILEIROS – 1998 - (%)

Estados	I	GINI	H	PIBC	S'	G
Maranhão	143,34	96,83	77,90	10,24	200,00	10,72
Piauí	88,80	95,24	77,03	12,36	157,42	17,09
Ceará	107,45	98,41	79,63	20,38	150,32	20,95
R. G. do Norte	120,87	95,24	80,50	19,78	122,58	32,89
Paraíba	112,85	101,59	80,07	16,74	158,71	20,28
Pernambuco	108,26	95,24	82,56	24,98	165,16	27,02
Alagoas	134,77	100,00	85,59	17,38	181,94	15,25
Sergipe	127,83	98,41	85,48	22,74	139,35	40,30
Bahia	133,00	95,24	82,67	23,61	205,16	29,16
Minas Gerais	131,11	90,48	92,31	40,05	128,39	34,35
Espírito Santo	133,19	93,65	91,12	45,20	140,65	48,51
Rio de Janeiro	111,25	92,06	97,18	55,91	130,32	38,46
São Paulo	119,49	85,71	97,83	70,43	106,45	44,24
Paraná	121,58	90,48	95,12	47,49	136,13	39,59
Santa Catarina	124,79	84,13	98,16	48,75	105,16	29,87
R. G. do Sul	117,27	88,89	96,97	55,23	96,13	52,24
M. G. do Sul	108,16	85,71	92,52	38,88	133,55	38,25
Mato Grosso	94,60	92,06	94,15	32,03	187,10	39,38
Goiás	105,53	92,06	91,66	28,27	132,90	29,16
Distrito Federal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Estimativas próprias. Nota: Valores mais baixos para H, I, G, dos estados em relação ao Distrito Federal implicam despesas mais baixas em relação a estas variáveis, enquanto o Índice de GINI é o contrário valores mais baixos representam uma distribuição melhor e para Abstenção (S') valores maiores implicam em baixa participação cívica.

Há evidências de que o grau de desenvolvimento institucional afeta negativamente ou positivamente a produtividade dos fatores econômicos, implicando a diminuição ou aumento da renda per capita de um país. Para o Brasil caso tivesse a qualidade institucional e o nível de capital social que vigoram em países Desenvolvidos como Canadá e países da Europa Setentrional - o país melhora seu nível de PIB per capita. No caso das economias desenvolvidas – como Canadá, Suíça, Dinamarca, Finlândia, Suécia, e Noruega – essa diferença percentual em relação ao Brasil é elevada ou pior; por exemplo, se o Brasil tivesse a qualidade institucional da Noruega o PIB do Brasil passaria de \$12.916,23 para \$23.335,55 dentro da simulação na tabela 7 adiante. Mas, no caso de economias pobres ou em

5 - Ranking feito por empresários nacionais e internacionais, numa escala de zero (mais corrupção) a dez (menos corrupção). Este índice é composto de vários outros índices feitos por empresas de consultoria que analisam riscos políticos e econômicos para investidores internacionais. Em 1998, se usou um mínimo de três e um máximo de dez destes índices para compor o ranking da Transparency International.

desenvolvimento, essa diferença é consideravelmente menor, ou melhor, uma vez que são também maiores as distâncias em termos de corrupção percebida e de qualidade institucional, Exceção feita ao capital social que no Brasil apresenta o pior indicador.

TABELA 5. SIMULAÇÕES DO PIB PER CAPITA DOS PAÍSES – 1990 – (%)

PAISES	VARIÁVEIS							
	PIBC	H	I	G	S	COMP	CORR	GINI
EUA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Canadá	95,12	87,97	130,05	93,13	109,25	109,09	83,33	121,75
Noruega	82,54	81,34	104,93	128,24	134,80	109,09	83,33	128,55
Suécia	81,77	32,00	120,69	170,23	125,77	104,55	83,33	128,68
Dinamarca	77,04	87,65	104,93	154,96	123,35	109,09	83,33	127,85
Finlândia	77,87	80,52	162,07	120,61	125,99	109,09	83,33	157,79
Suíça	91,42	80,15	171,92	72,52	101,76	109,09	83,33	99,42
Áustria	70,32	56,35	130,05	96,95	70,04	109,09	100,00	117,59
Holanda	72,17	37,48	109,85	89,31	101,76	109,09	83,33	127,41
França	77,01	55,34	134,98	112,21	54,63	95,45	100,00	110,84
Reino Unido	73,21	73,37	91,13	124,43	97,80	90,91	100,00	114,86
Bélgica	73,29	77,64	122,66	83,97	66,52	104,55	100,00	137,78
Irlanda	51,37	31,81	113,79	90,08	88,55	100,00	100,00	95,52
Itália	69,17	67,94	121,67	88,55	57,93	95,45	125,00	131,29
Espanha	53,08	42,04	143,35	98,47	75,99	77,27	125,00	143,41
Portugal	41,42	88,08	80,30	170,23	47,14	86,36	100,00	107,88
Turquia	20,72	27,95	100,99	85,50	22,03	50,00	250,00	82,57
Austrália	80,01	86,88	117,73	98,47	105,29	109,09	100,00	89,06
Japão	79,38	53,25	190,64	58,78	89,87	100,00	100,00	106,16
Coréia do Sul	36,96	71,76	181,77	64,89	83,70	68,18	250,00	106,29
Índia	7,00	25,84	78,82	230,53	75,55	31,82	250,00	117,49
Argentina	26,07	56,64	56,65	29,77	59,47	72,73	125,00	78,08
Brasil	22,39	29,57	74,88	103,82	14,76	81,82	125,00	62,34
Chile	24,03	54,72	130,05	125,95	50,00	68,18	166,67	70,98
México	32,28	71,75	73,89	68,70	39,01	77,27	166,67	73,86
Nigeria	5,51	72,72	39,41	177,10	50,44	36,36	250,00	94,52

Fonte: Estimativas próprias. Nota: Valores mais baixos para H, I, dos países em relação aos Estados Unidos implicam despesas mais baixas em relação a estas variáveis, o Índice de GINI, COMP, S, com valores maiores representam uma distribuição melhor e em uma melhor qualidade institucional; para CORR valores maiores implicam em índices elevados de corrupção e para G nada se pode afirmar, pois as despesas de cada país devem considerar eficiência e qualidade das políticas públicas.

É evidente que nunca seremos um Canadá ou um país do Norte da Europa, dadas às especificidades destes. Todavia, tais dados servem pelo menos para mostrar que um ambiente institucional e um bom nível de capital social têm conseqüências mais evidentes e menos trágicas do que aquelas que tem acontecido, por exemplo, com a Argentina atualmente, e que podem por até em risco a democracia, por arranhar ela mesma, que é a principal instituição no combate a este fenômeno.

Países com piores distribuições de renda tiveram um comportamento expansivo por parte do setor público embora o coeficiente de impacto da distribuição de renda sobre o comportamento do setor público seja muito pequeno. Combinada com as variáveis Institucionais e de capital social, por exemplo, teria seu coeficiente de impacto reduzido ou ampliado em função desta combinação. Outrossim, regimes mais democráticos, à medida que possibilitam posições de descontentamento com a má utilização dos recursos públicos, tendem a diminuir o nível de burocracia da economia. Como era de se esperar, os países industrializados atingem performance elevada quanto a qualidade institucional, o que

corroborar com as boas estimativas do modelo estrutural e seu elevado grau de precisão. Já países que devotam elevada conturbação político-institucional, como por exemplo a Nigéria, detém elevada chance de serem ineficientes e possuírem baixa qualidade institucional.

Esses resultados demonstram que um baixo nível de crescimento econômico implica necessariamente também em baixo nível de qualidade institucional.

TABELA 6. ÍNDICE ANUAL DE CORRUPÇÃO DA TRANSPARENCY INTERNATIONAL

Países	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota
<i>Dinamarca</i>	2	9,32	2	9,33	1	9,94	1	10	1	10	2	9,8	2	9,5
<i>Finlândia</i>	4	9,12	4	9,05	2	9,48	2	9,6	2	9,8	1	10,0	1	9,9
<i>Suécia</i>	5	8,87	3	9,08	3	9,35	3	9,5	3	9,4	3	9,4	6	9,0
<i>Islândia</i>	--	--	--	--	--	--	5	9,3	4	9,2	4	9,1	4	9,2
<i>Canadá</i>	6	8,87	5	8,96	5	9,1	6	9,2	5	9,2	5	9,2	7	8,9
<i>Holanda</i>	9	8,69	9	8,71	6	9,03	8	9	6	9,1	8	8,9	8	8,7
<i>Noruega</i>	10	8,61	6	8,87	7	8,92	8	9	7	8,9	6	9,1	10	8,6
<i>Suíça</i>	8	8,76	8	8,76	11	8,61	10	8,9	8	8,9	10	8,6	12	8,4
<i>Austrália</i>	7	8,8	10	8,6	8	8,86	11	8,7	--	--	13	8,3	11	8,5
<i>Reino Unido</i>	12	8,57	12	8,44	14	8,22	11	8,7	--	8,6	9	8,7	13	8,3
<i>Irlanda</i>	11	8,57	11	8,45	12	8,28	14	8,2	--	--	19	7,2	18	7,5
<i>Alemanha</i>	13	8,14	13	8,27	13	8,23	15	7,9	--	--	--	--	--	--
<i>Áustria</i>	16	7,13	16	7,59	17	7,62	17	7,5	--	--	15	7,7	15	7,7
<i>E.U.A.</i>	15	7,79	15	7,66	16	7,61	17	7,5	--	7,5	14	7,8	16	7,6
<i>Chile</i>	14	7,94	21	6,8	23	6,05	20	6,8	--	6,9	18	7,4	18	7,5
<i>França</i>	17	7	19	6,96	20	6,66	21	6,7	--	--	21	6,7	23	6,7
<i>Portugal</i>	21	5,56	22	6,53	19	6,97	22	6,5	--	--	24	6,4	25	6,3
<i>Espanha</i>	24	4,35	32	4,31	24	5,9	23	6,1	--	--	20	7,0	22	7,0
<i>Japão</i>	19	6,72	17	7,05	21	6,57	25	5,8	--	6	23	6,4	21	7,1
<i>Bélgica</i>	18	6,85	20	6,84	26	5,25	28	5,4	--	--	25	6,1	24	6,6
<i>África do Sul</i>	20	5,62	23	5,68	33	4,95	32	5,2	--	--	--	5,0	38	4,8
<i>Itália</i>	32	2,99	34	3,42	30	5,03	39	4,6	--	--	39	4,6	29	5,5
<i>Coréia do Sul</i>	25	4,29	27	5,02	34	4,29	43	4,2	--	--	48	4,0	42	4,2
BRASIL	36	2,7	40	2,96	36	3,56	46	4	45	4,1	49	3,9	46	4,0
<i>Turquia</i>	27	4,1	33	3,54	38	3,21	54	3,4	--	--	50	--	--	--
<i>México</i>	31	3,18	38	3,3	47	2,66	55	3,3	--	--	59	3,3	51	3,7
<i>Argentina</i>	30	3,24	35	3,41	41	2,81	61	3	--	3	52	3,5	57	3,5
<i>Índia</i>	34	2,78	46	2,63	45	2,75	66	2,9	--	--	69	2,8	71	2,7
<i>Nigéria</i>	--	--	54	0,69	52	1,76	81	1,9	--	1,6	90	1,2	90	1,0

Fonte: Transparência Internacional, disponível on line em 2001 pela URL: www.transparency.de.

TABELA 7. BRASIL – SIMULAÇÕES DE AMBIENTE INSTITUCIONAL DE OUTROS PAÍSES SOBRE PIBC – 1990.

Países	Efeitos (\$)	Países	Efeitos (\$)
Nigéria	4.875,96	Brasil	12.916,23
Índia	5.113,34	Canadá	22.674,89
Turquia	5.376,92	Dinamarca	23.039,39
Argentina	13.248,61	Finlândia	23.107,74
Chile	10.169,79	Noruega	23.335,55
Portugal	16.587,36	Suécia	22.690,16
Espanha	14.087,64	Áustria	19.239,09
França	17.604,77	Holanda	22.481,25
Irlanda	18.893,73	Austrália	20.150,35
Itália	15.268,17	Suíça	22.481,25
Japão	18.927,90	Reino Unido	18.309,16
Coréia Do Sul	8.619,15	EUA	19.189,89
México	10.709,37	Bélgica	18.736,08

Fonte: Estimativas próprias.

7. Conclusão

Ao longo desse trabalho sustentou-se que capital social, como um elemento institucional específico, pode explicar o atraso relativo de alguns países ou regiões. Em resumo: as instituições são importantes, instituições ruins restringiria as perspectivas de crescimento, no longo prazo, dos países e regiões, já o capital social seria o elo de ligação entre a desigualdade e o atraso econômico.

A hipótese de que qualidade institucional e crescimento econômico são faces de uma mesma moeda foi aceita satisfatoriamente neste artigo. Isso foi provado através da hipótese teórica, irrefutável na literatura econômica, de crescimento endógeno. Um dos exemplos mais citados na literatura refere-se à posição econômica da Argentina relativa aos países desenvolvidos, no passado e atualmente. Até a II Guerra Mundial este país gozava de uma posição econômica bastante superior a países como, por exemplo, o Japão, e ao final do século a posição se reverte para uma posição bem inferior. Essa trajetória é atualmente explicada através da instabilidade política e desvalorização dos valores político-institucionais vivenciadas pela Argentina nas últimas décadas, enquanto no Japão ocorreu exatamente o contrário.

Das estimações e simulações pode-se inferir que a qualidade institucional afeta não apenas o nível de crescimento de longo prazo como também indica que o primeiro passo a ser efetivado em uma política de crescimento sustentável dá-se pela constituição de mecanismos eficazes de forma a garantir uma estrutura institucional capaz de prover os fatores causadores e mantenedores do crescimento de forma contínua.

Estimativas confiáveis permitiram previsões acuradas para vários países. No caso do Brasil, as estimativas demonstram que o país encontra-se a uma longa distância do estado institucional dos países desenvolvidos.

Está claro também que capital social é um fator deveras relevante para explicar as variações de crescimento econômico entre países. Quando a variável está incorporada em um modelo de crescimento, é um predito altamente significativo de crescimento em um painel diverso de países, e na presença de várias variáveis de controle. Além disso, estes resultados não são dependentes no fato de um país ter ou não um governo democrático.

Capital social é, em última instância, um conjunto de valores sociais, de forma que quanto mais completo a quantidade de valores para tal conjunto, melhor desempenhará seu papel-chave de contribuir para explicar as variações do desempenho econômico, de sorte que não pode ser ignorado em qualquer modelo adequado de crescimento econômico, principalmente quando este se propõe a lançar previsões de longo prazo.

Bibliografia

- ABRAMOVITZ, Moses. Catching up, Forging Ahead, and Falling Behind. **Journal of Economic History**, v. XLVI, p.385-406, 1986.
- ABRAMOVITZ, Moses; DAVID, Paul. Convergence and Deferred Catch up: Productivity Leadership and the American Exceptionalism. In: Landau, Ralph, Taylor, Thimoty, Wright, Gavin (Eds.), **The Mosaic of Economic Growth**. Stanford University Press, Stanford, 1996
- ADLER, P. S.; KWON, S.. **Social capital: the good, the bad, the ugly**. mimeo. April, 1999.
- AHMAD, S.. Dados do World Development Report. World Bank, Washington, 2001.
- ALESINA, Alberto; FERRARA, Eliana. **Who trusts others?;** December 2000, Paper N.2646 [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://post.economics.harvard.edu/faculty/alesina/pdf-papers/trustcepr.pdf>.
- ALESINA, A. et. al.. Political Instability and Economic Growth. **Journal of Economic Growth**, v.1, p.189-211. 1996.

- ARROW, Kenneth J.. **Observations on social capital**. In: DASGUPTA, Partha, SERALGEDIN, Ismail. *Social capital: a multifaceted perspective*. Washington, D.C: World Bank, 2000.
- ARRAES, R., TELES, V.K. Fatores Institucionais e Crescimento Econômico: Cenários para o Brasil e Países Seleccionados. **Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC**. [CD-ROM], p.22, 2000.
- BARRO, Robert. **A Cross-Country Study of Growth, Saving and Government**. Cambridge: National Bureau of Economic Research Working Paper 2855, 1989.
- _____. Government spending in a Simple Model of Endogenous Growth. **Journal of Political Economy**. Volume 98 n. 5, 1990.
- BARRO, Robert. Economic Growth in a Cross Section of Countries. **Quarterly Journal of Economics**, v.106, p.407-444. 1991.
- BLANCO, F.. **O Comportamento Fiscal dos Estados Brasileiros e seus Determinantes Políticos**. Revista da ANPEC n. 1 - janeiro/junho 2001a.
- _____. **Efeitos das Despesas Públicas dos Estados Sobre Indicadores Sócio-Econômicos Estaduais**. ANPEC - Encontro Nacional de Economia; Salvador-Ba, 2001b.
- CHOPRA, Kanchan. **Social Capital and sustainable development: the role of formal and informal institutions in a developing country**; DELHI. January 2001. [On-line] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.iisd.org/pdf/pe_social_capital_sd.pdf.
- CLAGUE, Christopher. **The new institutional economics and economic development**. In: CLAGUE, Christopher (ed.). *Institutions and Economic Development: Growth and Governance in Less Developed and Post-Socialist Countries*. Maryland: Johns Hopkins University, p.12-37, 1997.
- COLE, Harold L. et. al.. Social Norms, Savings Behavior, and Growth. **Journal of Political Economy**, v. C, p. 1092-1125, 1992.
- COLEMAN, J.. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Mass: Harvard University, 1990.
- _____. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology** 94. (Supplement) S95-S120. 1988.
- COLLIER, P.. **Social Capital and Poverty**. Washington, DC: The World Bank (mimeo),1998.
- COSTA, D. L. ; KAHN, M. E.. **Understanding The Decline In Social Capital, 1952 – 1998**. Cambridge: NBER Working Paper n. 8295, 2001.
- EASTERLY, William. "Life During Growth" **Journal of Economic Growth**, v.4, n.3, p.239-275, 1999.
- _____. **Can institutions resolve ethnic conflict?**; World Bank: February 2000.
- EASTERLY, William. Explaining Miracles: Growth Regressions Meet the Gang of Four. In: Ito, Takatoshi; Krueger, Anne (eds). **Growth Theories in Light of East Asia Experience**. University of Chicago Press, Chicago, 1995.
- EICHSTÄTT, André. **Social Capital, Poverty Reduction and `Gesellschaftsordnungspolitik'**. Paper to be presented at the `Workshop of the Workshop' 2 Conference, held at IUB June, 9-13, 1999. [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.indiana.edu/~workshop/wow2/publications/jun1199.pdf>.
- _____. **Explaining Miracles: Growth Regression Meet the Gang of Four**. In: Ito, Takatoshi; Krueger, Anne (eds). *Growth Theories in Light the East Asian Experience*. University of Chicago Press, Chicago, Il, 1995.
- EVANS, P.. **Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy**. *World Development* 24(6), 1996, 1119-1132.
- FALK, Ian ; HARRISON, Lesley.. **Indicators of social capital: social capital as the product of local interactive learning processes**. Tasmania: World Bank, 1998.

- FGV. **Revista Conjuntura Econômica**. Varias edições.
- FOUNTAIN, Jane. **Social capital: a key enabler of innovation**. In: BRASCOMB, L. KELLER, J. (ed.). *Investing in innovation: towards a consensus strategy for federal technology policy*. Cambridge: MIT, 1997.
- FUKUYAMA, F. **Social capital and civil society**. mimeo. Trabalho apresentado na IMF Conference on Second Generation of Reforms. 1999.
- _____. **"Trust And Institutions: A Post-Election Analysis"**. U.S. Capitol Building, November 19, 1996.
- GLAESER, Edward et. al.. **What is social capital?** NBER Working Paper n. 7216, July, 1999.
- GLAESER, E. L. ; LAIBSON, D. ; SACERDOTE, B.. **The Economic Approach To Social Capital**. Cambridge: NBER Working Paper n. 7728, 2000.
- GRANOVETTER, Mark. *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*. **American Journal of Sociology**. v. 91, p. 481-510, 1984.
- GROOTAERT, C. **"Social Capital: The Missing Link?" in Expanding the Measure of Wealth: Indicators of Environmentally Sustainable Development**. *Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs Series N. 7*. Washington, DC: World Bank, 1997.
- GUISSO, L.; SAPIENZA, P.; ZINGALES, L.. **The Role Of Social Capital In Financial Development**. Cambridge: NBER Working Paper n. 7563, 2000.
- HELLIWEL, J. *Empirical Linkages Between Democracy and Economic Growth*. **British Journal of Political Science**, 24, 225-48. 1994.
- _____. **Economic Growth And Social Capital In Asia**. Cambridge: NBER Paper n. 5470, 1996.
- HELLIWEL, J. ; PUTNAM, R.. **Education And Social Capital**. Cambridge: NBER Paper n. 7121, 1996.
- HISAMATSU, Yoshiaki. **Social Capital Formation in Mexico: Evidence from the 1996 Household Survey**. Tóquio [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: http://www.geocities.co.jp/Bookend-Ohgai/9844/tyana/ajel_yoshi_paper3.pdf. 2001.
- INGLEHART, Ronald. **Post modernization Brings Declining Respect For Authority But Rising Support For Democracy**. Forthcoming in Pippa Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford University Press. Oxford: 1999.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Varias edições.
- IPEA. **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas**. Brasília, [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ipea.gov.br>; extraído em 20.11.2001.
- IUPERJ. **Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro**. [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.iuperj.br>; extraído em 20.11.2001.
- KNACK, Stephen. **Social Capital, growth and poverty: a survey of cross-country evidence**. The World Bank Social Development Family Environmentally and Socially Sustainable Development Network, April 1999.
- KNACK, S. ; KEEFER, P. . Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation. **Quarterly Journal of Economics**, 112(4), 1251-1288, 1997.
- LANDRY, Réjean ; AMARA, Nabil ; LAMARI, Moktar. **Does Social Capital Determine Innovation? To What Extent?;** Québec, Canadá; 2000 [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ulaval.ca/kuuc/droit/txtfr/pdf/eng/socibraz.pdf>.
- LAZZARINI, S. ; CHADDAD, F. ; NEVES, M.. **O Conceito de Capital Social e Aplicações para Desenvolvimento e Estratégia Sustentável**. Preços Agrícolas, Maio de 2000.
- LLEDO, V.. **Distribuição de Renda, Crescimento Endógeno e Política Fiscal uma Análise Cross Section para Estados Brasileiros**. TEXTO P/ DISCUSSÃO N. 441, IPEA, 1998.

- LUCAS, R.E.. "On the mechanics of economic development", **Journal of Monetary Economics**, 22, 3-42, 1988.
- _____. "Why doesn't capital flow from rich to poor countries?" *American Economic Review*, 80(2), 92-96. 1990.
- MANKIW, G. ; ROMER, D. ; WEIL, D.."A contribution to the empirics of economic growth", **Quarterly Journal of Economics**, 107, 407-437, 1992.
- MAURO, Paolo Corruption and Growth. **Quarterly Journal of Economics** v.110, p.681-712, August 1995.
- MME. **Ministério das Minas e Energias**. [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.mme.gov.br>. 2001.
- MO, Pak Hung. Corruption and Growth. **Journal of Comparative Economics**, v.29, p.66-79, 2001.
- MONASTÉRIO, L. M.. **Capital social e Economia: antecedentes e perspectivas**. Trabalho apresentado no V Encontro de Economia Política em Fortaleza, Junho de 2000a.
- _____. **Capital Social e Crescimento Econômico: Mecanismos**. III Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC, CD-ROM, 20p., Porto Alegre, Setembro, 2000b.
- _____. **Capital social e grupos de interesse: uma reflexão no âmbito da economia regional**. In: XXVII Encontro Nacional de Economia, Anais. Belém: ANPEC, 1999.
- _____. **Putnam no Pampa: capital social e a metade sul do Rio Grande do Sul**. Trabalho apresentado no II Encontro da Sociedade Brasileira de Nova Economia Institucional. Unicamp, Campinas: Março de 2001.
- _____. **Estagnação econômica e esclerose institucional: as abordagens de Olson e de Veblen**. Trabalho apresentado no I Seminário Nacional de Nova Economia Institucional, São Paulo, 1998.
- MORAES, Aod C. **O Conceito de Eficiência na Nova Economia Institucional**. Trabalho apresentado no III Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC. Porto Alegre, 2000.
- NASCIMENTO, H. M. **Capital Social no Brasil: o caso de Valente/ Bahia**. mimeo. 2000.
- NORTH, Douglas. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. New York: Cambridge University, 1990.
- OECD. **Employment Outlook**, Paris: OECD, 1996.
- PALDAM, Martin ; SVENDSEN, Gert T. **Is social capital an effective smoke condenser?: an essay on a concept linking the social sciences**. W. Paper n. 11, World Bank, May 1999.
- PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (cd-rom encartado em PNUD), 2000.
- PORTER, A. **Social capital: its origins and applications**. in modern: 1998.
- PORTER, A. ; LANDOLT, P.. **The Downside of Social Capital. The American Prospect**. May- June, n.26, p.18-21, 1997.
- PUTNAM, R.. **Bowling Alone : the collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster, 2000.
- _____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAISER, Martin et al. **Social Capital in Transition: A First Look at the Evidence**. February 2001, Working paper N. 62[Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.colbud.hu/honesty-trust/raiser/pub01.PDF>.
- RAUCH, J. E.. Trade And Search: **Social Capital, Sogo Shosha, And Spillovers**. Cambridge: NBER Working Paper n. 5618,1996.
- REQUIER-DESJARDINS, D.. **On some definitions and relevance of social capital**. January, 2000.

- RITZEN, J. **“Social Cohesion, Public Policy, and Economic Growth: Implications for OECD Countries,”** keynote address presented at Symposium on the Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well Being, Quebec, 2000.
- ROMER, P.. Increasing Returns and Long Run Growth. **Journal of Political Economy**, 97, 1986.
- SCHULLER, T. **The complementary roles of human and social capital**, Manuscript, **Birkbeck College**, University of London, March 2000.
- SOLOW, R. **Notes on Social Capital and Economic Performance**. In: DASGUPTA, Partha, SERALGEDIN, Ismail. **Social Capital: A Multifaceted Perspective**. p.6-12, Washington, D.C: World Bank, 2000.
- SOUZA FILHO, J. R **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação**. <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>. 19/08/2001.
- STE. **Supremo Tribunal Eleitoral. Brasília**; [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ste.gov.br>; 2001.
- STN. **Secretaria do Tesouro Nacional**. Brasília; [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.stn.fazenda.gov.br>; 2001.
- SUMMERS, R. ; HESTON, A.. **"The Penn World Table, Version 5.6,"** <http://pwt.econ.upenn.edu/>. 1995.
- TELES, Vladimir. **Endogeneidade versus Exogeneidade do Crescimento Econômico: Uma análise Comparativa entre Nordeste, Brasil e Países Desenvolvidos**. Fortaleza: Faculdade de Economia, Administração, Atuaria, Contabilidade e Secretariado da Universidade Federal do Ceará, 2000. 70p.(Monografia, Bacharelado em Economia)
- TEMPLE, Jonathan. **Growth effects of education and social capital in the oecd countries**; ECONOMICS DEPARTMENT WORKING PAPERS N. 263, Paris: OECD, 2000.
- WHITELEY, Paul. **Economic Growth and Social Capital**; Sheffield; na Internet via WWW. URL: <http://www.shef.ac.uk/uni/academic/N-Q/perc/Polpaps/Pp6.html>. 2001.
- WILLIAMSOM.. **"The Economic Analysis of Institutions and Organizations-In General and with Respect to Country Studies."** Economics Department Working. Paper n. 133. OECD. Paris, 1993.
- WOOLCOCK, M.. **Using Social Capital: Getting the Social Relations Right in the Theory and Practice of Economic Development** Princeton. (NJ: Princeton University Press, 2000a).
- _____. **“The Place of Social Capital in Understanding Social and Economic Outcomes.”** Paper presented at Symposium on the Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well Being, Quebec, March 19-21, 2000b.
- _____. **Managing risks, shocks, and opportunity in developing economies: the role of social capital**. Washington, DC: World Bank, mimeo, 1999.
- _____. **“Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework”**, *Theory and Society*, 27, 151-208, 1998.
- WORLD BANK. **The Initiative on Defining, Monitoring and Measuring Social Capital: Overview and Program Description**. Social Capital Initiative, Paper N.1. Washington, D.C: World Bank, 1998a.
- _____. **The Initiative on Defining, Monitoring and Measuring Social Capital: Text of Proposals Approved for Funding**. Social Capital Initiative, Paper N.2. Washington, D.C: World Bank, 1998b.
- _____. **Relatório Sobre O Desenvolvimento Mundial 2000/2001 - Luta Contra A Pobreza**. Washington, D.C: World Bank, 2001. <http://www.worldbank.org>.